

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS JUNTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS E A CENTRALIDADE DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Gislayne de Araujo Bitencourt
Maria José da Silva
Paulo Eduardo Silva Galvão

1. Introdução: A Transição Paradigmática no Ensino Superior

Pensar a educação formal e a inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Superior (IES) exige, precipuamente, a ruptura com velhos paradigmas e a adoção de posturas científico-pedagógicas atualizadas. No âmbito das políticas de educação inclusiva, alicerçadas na inalienável perspectiva dos direitos humanos, a inserção efetiva do estudante público da Educação Especial demanda estratégias altamente customizadas. O trabalho educacional contemporâneo rege-se pelo princípio da inclusão como um direito conquistado, o que torna absolutamente inviável a manutenção de perspectivas de adaptação que não estabeleçam um diálogo direto com a acessibilidade curricular e com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Para Mainardes e Casagrande (2022), o DUA é indicado como uma das alternativas para tornar o ambiente de aprendizagem mais acessível para todos (MAINARDES; CASAGRANDE, 2022). Para os autores, as contribuições do DUA é justamente a possibilidade de oferecer estratégias diferenciadas para que os estudantes com deficiência possam participar das relações de ensino.

Na literatura acadêmica, o acompanhamento desses estudantes tem sido designado por variadas terminologias. Contudo, defende-se aqui o conceito de Planejamento Educacional Individualizado (PEI), a escolha da palavra “planejamento” não é acidental, pois este termo abarca uma concepção em contínuo movimento, caracterizando-se como um processo constante de construção, avaliação e reavaliação, ao passo que o termo plano remete a um documento engessado e estático.



Convém lembrar que o PEI tem sido abordado, por diferentes autores, como uma proposta importante para estruturar, de forma colaborativa, as ações e estratégias de ensino, a avaliação, os recursos didáticos, os suportes e outros aspectos que contemplam a escolarização do público da Educação Especial (Pletsch; Silva, 2025).

Nessa conjuntura, o Ensino Superior deve promover as condições necessárias de acessibilidade física, comunicacional, metodológica, instrumental e atitudinal, alinhando-se aos preceitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

2. O Sentido da Individualização e a Acessibilidade Curricular

A individualização do ensino, pressuposto fundamental do PEI, não pode ser compreendida sob a ótica da segregação. Pesquisas educacionais recentes alertam que a individualização é frequentemente mal interpretada, resultando no isolamento do sujeito dentro de sua própria sala de aula. Pelo contrário, individualizar o ensino em absoluto significa particularizar a ação pedagógica a ponto de isolar ou afastar o estudante de seu grupo de convivência. O objetivo central é garantir a inclusão do estudante nas exatas situações de aprendizagem que os demais colegas estão vivenciando.

Para isso, o PEI não deve ser concebido como um elemento paralelo ao trabalho cotidiano da IES. Ele precisa estar estritamente articulado com o Projeto Pedagógico Institucional e com as práticas realizadas em sala de aula. Rompe-se, portanto, com a visão de currículo como uma lista linear de conteúdos, abraçando uma concepção ampla que envolve o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Autores defendem que o DUA "é justamente a possibilidade de oferecer estratégias diferenciadas para que os(as) alunos(as) com deficiência possam participar das relações de ensino" (Mainardes; Casagrande, 2022).

3. As Três Dimensões Estruturantes do Currículo no PEI

A elaboração qualificada do PEI no Ensino Superior requer que a equipe pedagógica observe e intervenha sobre três dimensões curriculares centrais, as quais

garantem que a flexibilização seja ética e científica, amparando-se na premissa vygotskiana de que não existe uma forma única de ensinar ou aprender (Vygotsky, 1998).

3.1. Dimensão Conceitual

Especialmente estratégica para estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), esta dimensão relaciona-se diretamente à apropriação dos conceitos científicos e à evolução dos processos psicológicos superiores. A intervenção docente deve voltar-se para a capacidade de "representação simbólica, abstração e generalização do sujeito". Sem a consolidação dessa base primária, a aprendizagem de conteúdos acadêmicos complexos inerentes ao Ensino Superior fica severamente comprometida.

3.2. Dimensão Procedimental

Encontra-se vinculada aos princípios do DUA, referindo-se aos recursos, ferramentas e estratégias metodológicas adotadas. Compreende-se que, quanto mais plurais forem as estratégias (vídeos, infográficos, recursos de Tecnologia Assistiva, leitores de tela), maiores serão as reais oportunidades de aprendizagem. Como sublinham Casagrande e Oliveira (2024), o emprego de Tecnologia Assistiva configura-se como uma proposta validada pela ciência e benéfica para a aprendizagem de todos e todas.

3.3. Dimensão Atitudinal

Esta dimensão confronta o currículo oculto da IES. Ela diz respeito ao conjunto de crenças, expectativas, entendimentos e defesas teóricas que o educador possui sobre o processo de aprendizagem do estudante. Sem uma postura atitudinal inclusiva, que acredite no potencial emancipatório do estudante, tanto as dimensões conceituais quanto procedimentais perdem sua força motriz.

4. Do “Estudo de Caso” à Perspectiva do “Caso de Ensino”

O primeiro passo para a estruturação do PEI é a identificação precisa das demandas singulares do acadêmico. Para tal, exige-se o abandono do modelo clínico focado em avaliações médicas restritas. Historicamente ancorados no modelo biomédico,

muitos estudos focavam nas características individuais e nas limitações. O atual paradigma pede a transição para a avaliação pedagógica pautada no chamado “caso de ensino”.

Muitas vezes o caso de ensino é confundido com o estudo de caso clínico. Diferentemente deste, o caso de ensino centra sua avaliação e elaboração em aspectos pedagógicos e no processo educacional, investigando as barreiras impostas pela instituição e o percurso acadêmico do sujeito (Pletsch; Silva, 2025). A análise não recai sobre o que falta ao estudante por conta de sua deficiência, mas sim sobre o que falta ao ambiente para garantir seu acesso, envolvendo a reflexão crítica sobre a própria ação docente.

O sucesso do PEI depende incondicionalmente de uma rede densa de trabalho cooperativo. O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou do Núcleo de Acessibilidade da universidade detém o papel de articulador, mas jamais deve atuar de forma solitária. A elaboração do PEI exige a parceria inalienável com os docentes das disciplinas regulares, coordenação, família e, sobretudo, tratando-se do Ensino Superior, a participação ativa do próprio estudante com deficiência.

A colaboração tem sido destaque em investigações da Educação Especial tanto como abordagem metodológica quanto como proposta de atuação. A parceria colaborativa entre pesquisadores, professores e profissionais possibilita a ressignificação de crenças sobre a deficiência, servindo como uma reflexão permanente sobre a ação didática (Pletsch; Silva, 2025).

Segundo Braun (2012), o ensino colaborativo, portanto, é a base que sustenta a implementação do PEI, favorecendo inclusive o manejo da turma regular como um todo (BRAUN, 2012).



5. Desafios Contemporâneos: Comunicação Alternativa e Transição para o Trabalho

Trabalhar com estudantes com deficiências múltiplas (como o TEA associado à Deficiência Intelectual) na IES traz desafios específicos. Nesses quadros, onde muitas vezes há restrição da linguagem verbal, a intervenção primária não deve focar apenas nos conteúdos regulares abstratos, mas no estabelecimento robusto de um código de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) (Nunes; Araújo; Schirmer; Walter, 2013 *apud* Glat; Pletsch, 2013).

Compreende-se que sem comunicação não há desenvolvimento da linguagem, e sem a linguagem o indivíduo encontra-se impedido de estruturar o pensamento para a apropriação conceitual científica. A CAA permite minimizar a defasagem entre a necessidade comunicativa do indivíduo e sua habilidade de fala, promovendo a autonomia interacional na vida universitária.

Além disso, o Ensino Superior deve preparar esse estudante para o futuro. Há uma inadiável necessidade de estruturar, por meio do PEI, a transição laboral, desenvolvendo projetos consistentes de inclusão no mercado de trabalho. A educação não se encerra em si mesma; ela visa à participação cidadã plena.

6. Considerações Finais

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) corrobora para a materialização de uma IES verdadeiramente equitativa. Ele não é um formulário burocrático a ser arquivado, mas uma estratégia pedagógica densa, científica e dinâmica. Ao articularmos o DUA nas práticas procedimentais, a empatia na dimensão atitudinal e a colaboração entre os pares, promovemos o avanço rumo à construção sólida de conceitos. Desta forma compreendemos que o PEI, ancorado no “caso de ensino”, assegura que o direito humano à escolarização ocorra não apenas na dimensão do acesso físico, mas primando pela qualidade, pela participação ativa e pelo sucesso acadêmico do estudante com deficiência no Ensino Superior.



Referências

BRASIL, 2015, *Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015.* Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Disponível* em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm;

BRAUN, P. **Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10337

CASAGRANDE, R. de C.; OLIVEIRA, J. P. de. Propostas para o ensino na Educação Especial: contribuições do campo acadêmico brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-25, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22614.006

MAINARDES, J.; CASAGRANDE, R. de C. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a diferenciação curricular: contribuições para a efetivação da inclusão escolar. **SISYPHUS Journal of Education**, Lisboa, v. 10, n. 3, p. 102-115, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25749/sis.27484

PLETSCH, M. D.; SILVA, S. N. L. e. Como o caso de ensino pode contribuir para o planejamento educacional inclusivo?. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, e24927, p. 1-16, 2025. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa